

Segunda Guerra, cultura e cotidiano: os torpedeamentos na costa brasileira em 1942 e o caso Nelson de Rubina^I

Maria Luiza Pérola Dantas Barros^{II}

Resumo: Com os torpedeamentos de embarcações brasileiras em 1942 pelo submarino alemão U-507, os aracajuanos sentiram de perto os horrores do pior conflito bélico já travado, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Muitas pessoas após terem notícia dos acontecimentos, se dirigiram às praias para prestar auxílio as vítimas. Mas nem todos iam para ajudar. O presente trabalho parte da análise da Apelação Crime de 1943^{III}, instaurada para averiguar o caso de Nelson de Rubina, rapaz que furtou três anéis de um dos cadáveres vitimados pelos torpedeamentos, na tentativa de expandir a visão em relação aos acontecimentos que sucederam a chegada dos corpos dos naufragos à costa sergipana. Qual recepção dos aracajuanos àqueles acontecimentos? Como tudo isto nos ajuda a entender o contexto cultural vivenciado pelo país no início da década de 1940?

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial, Cultura, Nelson de Rubina.

World War II, culture and daily life: the torpedeamentos the Brazilian coast in 1942 and the case of Nelson Rubina

Abstract: With torpedeamentos of Brazilian vessels in 1942 by the German submarine U-507, the near Aracaju felt the worst horrors of armed conflict already locked, the Second World War (1939-1945). Many people after news of events, went to the beach to assist the victims. But not all went to help. This study of the analysis of Crime Appeal 1943, established to investigate the case of Nelson Rubina boy who stole three rings of one of the dead bodies victimized by torpedeamentos in an attempt to expand the vision of the events that followed the arrival of shipwrecked bodies of the Sergipe coast. What reception of Aracaju those events? How all this helps us to understand the cultural context experienced by the country in the early 1940s?

Keywords: World War II, Culture, Nelson Rubina.

Artigo recebido em 14/07/2016 e aceito em 28/08/2016.

Introdução

É praticamente impossível pensarmos em Segunda Guerra Mundial (1939-1945) sem nos passar pela mente um cenário de horror gravado por um dos piores conflitos bélicos já travados na história. Sem sombra de dúvidas, entre os conflitos do sombrio século XX, este atingiu o mais alto estágio de uma escala de horrores até então impensável, deixando um rastro de destruição por onde passou, como afirma Tony Judt, em *Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945*^{IV}:

Na sequência da Segunda Guerra Mundial, a perspectiva da Europa era de miséria e desolação total. Fotografias e documentários da época mostram fluxos patéticos de civis impotentes atravessando paisagens arrasadas, com cidades destruídas e campos áridos. Crianças órfãs perambulam melancólicas, passando por grupos de mulheres exaustas que reviram montes de entulhos. Deportados e prisioneiros de campos de concentração, com as cabeças raspadas e vestindo pijamas listrados, fitam as câmeras, com indiferença, famintos e doentes. Até os bondes parecem traumatizados – impulsionados por corrente elétrica intermitente, aos trancos, ao longo de trilhos danificados. Tudo e todos – exceto as bem nutridas forças de ocupação – parecem surrados, desprovidos de recursos, exauridos.^V

O conflito não atingiu apenas os países europeus envolvidos, mas cruzou o Oceano Atlântico chegando inclusive ao Brasil. Inicialmente a guerra se fazia sentir entre nós de forma “indireta”: aproximação cultural com os Estados Unidos, escassez de produtos de primeira necessidade, aumento do preço dos gêneros alimentícios e combustíveis, por exemplo.

Aracaju, além de tudo já mencionado, sentiu a crueldade do conflito mundial de forma mais intensa com o afundamento dos navios brasileiros na costa sergipana, entre 15 e 17 de agosto de 1942, pelo U-507^{VI}, submarino alemão em missão no Atlântico. Sobre isto escreveu Andreza Santos Cruz Maynard, em artigo intitulado *Carestia e roubo de galinhas: problemas no cotidiano de Aracaju*^{VII}

“O submarino alemão U-507, torpedeou embarcações *Baependy, Araraquara, Aníbal Benévolo, Itagiba e Arará*, quando as mesmas se encontravam entre o litoral de Sergipe e Bahia. A morte de centenas de brasileiros, incluindo mulheres e crianças, chocou a população de todo o país, particularmente daqueles que estavam mais próximos aos locais dos ataques do U-507”.^{VIII}

Em virtude de tal ataque ter se efetuado muito próximo da costa sergipana, corpos, além de pertences e destroços das embarcações torpedeadas, eram levados às praias, como a Praia do Saco e a de Atalaia por exemplo, pelas ondas. Muitos corpos já se encontravam em avançado estado de putrefação quando chegaram à “terra firme”, e os moradores próximos àquelas regiões presenciavam a tudo, sem saberem dá uma explicação para tal cena digna de um filme de terror.

Naquele momento, o Brasil vivia o Estado Novo^{IX} sob comando de Getúlio Vargas, com restrições em todos os níveis, inclusive quanto a veiculação de notícias. Havia um cuidado quanto da divulgação a respeito dos torpedeamentos para não gerar um pânico entre a população. O DEIP^X só liberou a veiculação da notícia no dia 18 de agosto de 1942. Na manhã daquele dia, todos os aracajuanos puderam, de fato, ler sobre a crueldade dos acontecimentos na costa sergipana. A população em geral ficou consternada com o acontecido

SEGUNDA GUERRA, CULTURA E CODIDIANO: OS TORPEDEAMENTOS NA COSTA
BRASILEIRA EM 1942 E O CASO NELSON DE RUBINA
MARIA LUIZA PÉROLA DANTAS BARROS

e, por mais que tentassem, não conseguiam encontrar um motivo plausível que pudesse justificar a morte de centenas de brasileiros.

Para muitos, a consternação cedeu à raiva, como nos relata o memorialista Murilo Melins, em *Aracaju romântica que vi e vivi: anos 40 e 50*^{XI}, ao dizer que a “revolução era geral”. Surgiam notícias que sergipanos simpatizantes dos países do Eixo, conhecidos por quintas-colunas, tinham norteadado as ações do submarino alemão. Todos os estrangeiros, de origem italiana e alemão principalmente, passaram a ser alvos da “fúria” dos sergipanos, como por exemplo Nicola Mandarinó^{XII} que teve sua residência, localizada no Parque Teófilo Dantas, bem como suas lojas comerciais e sua indústria invadidas, saqueadas e depredadas pelos manifestantes. Depois dos saques e depredações às propriedades dos supostos colaboradores do Eixo, a massa revoltada seguiu para o Palácio do Governo, localizado na Praça Fausto Cardoso, para exigir ao interventor de Sergipe, Augusto Maynard Gomes^{XIII} a entrada do Brasil na guerra ao lado das nações democráticas. Mas nem todos os sergipanos foram aos tais protestos.

Naquele momento, divulgava-se oficialmente que toda a população sergipana se mobilizava, de alguma forma, para prestar auxílio: recolhendo os corpos, acolhendo os poucos sobreviventes, destinando os objetos encontrados nas areias da praia às autoridades responsáveis, apenas no intuito de ajudar na identificação dos corpos e de aliviar o sofrimento dos parentes vivos. Mas ajudar não era o único motivo para que sergipanos se dirigissem àquelas praias. Mesmo que os sergipanos fossem tidos oficialmente pelo estereótipo de pacatos, corretos e solidários, e por mais que um silêncio ainda persista sobre a temática, alguns sergipanos apenas se dirigiam às regiões onde davam os corpos buscando tirar proveito próprio de toda aquela situação, até porque os pertences trazidos pelas ondas era uma possibilidade de lucro fácil, que não seria desconsiderada no contexto de crise que a população vivia na época devido a guerra mundial.

O caso Nelson de Rubina

“Ontem, a cidade logo cedo, foi surpreendida com a triste notícia de que tinha sido torpedeado o vapor brasileiro Baependi, em águas sergipanas próximo à costa de Estância. Mais tarde novas notícias.

Mais dois navios nacionais tinham sido vítimas das emboscadas do Eixo.

À cidade inteira ante estas notícias alarmantes que pouco a pouco como labaredas se espalharam por todos os recantos, ficou profundamente consternada.

O comércio não abriu mais suas portas no segundo expediente.

Todos, todos, chorando a sorte de seus irmãos, vítimas da selvageria nazista, sentidos até o íntimo da alma e indignados com o torpe e covarde atentado dos agentes totalitários que, tripudiando por sobre as vítimas indefesas impotentes de reagir, trucidaram velhos, senhoras mães de família, jovens e criancinhas inocentes, perambulavam pelas ruas em busca de notícias novas que viessem esclarecer mais o bárbaro torpedeamento dos vapores brasileiros (...).

Quando a consternação já era grande e a indignação maior, chega a notícia do torpedeamento de dois outros navios nacionais – “Itagiba” e “Arara”.

Aí então redobra a consternação do povo e a sua indignação chega ao auge.

Os colegiais agora engrossados pela massa do povo grita e pede desforra.

A polícia vê-se obrigada a intervir por várias vezes afim de conter a multidão e evitar distúrbios.

O povo é dócil e obedece facilmente”.^{XIV}

SEGUNDA GUERRA, CULTURA E CODIDIANO: OS TORPEDEAMENTOS NA COSTA
BRASILEIRA EM 1942 E O CASO NELSON DE RUBINA
MARIA LUIZA PÉROLA DANTAS BARROS

Nossa história começa com o 2º Promotor Público da Comarca de Aracaju oferecendo ao Juiz de Direito da 2ª Vara da mesma a denúncia crime contra Horácio Nelson Bittencourt, ou Nelson de Rubina, com o incurso na sanção dos artigos 155 e 212 do Código Penal, referentes a furto e vilipêndio respectivamente. Diante disso é aberto um inquérito, em 23 de outubro de 1942, para a apuração dos fatos. A lista de pessoas para prestar esclarecimentos é que dá a tônica do caminho a ser percorrido pelo processo, envolvendo as cidades de Aracaju, Salvador e Maceió. Mas quem era o tal Nelson de Rubina?

Nelson de Rubina era um rapaz de 39 anos, recentemente casado com uma moça de Maceió, e que se dizia um comerciante de “artigos diversos”, residente na rua Maruim, nº 51, em Aracaju. Na manhã daquele 18 de agosto de 1942 dirigiu-se à Praia de Atalaia, acompanhado por um grupo de “conhecidos”:

- Josefina Matos: conhecida também como Zefinha, era uma doméstica residente na Bahia, com 25 anos de idade, muito próxima de Nelson, que se dirigia à Atalaia para procurar um conhecido seu chamado Fonseca;
- Maria das Dores, ou dona Sinhá: uma senhora de 50 anos, residente em Aracaju, amiga de Josefina;
- Maria Amélia Amador: também uma doméstica de 29 anos, residente na Bahia, que fora à Atalaia a convite de Nelson;
- Orlando de Souza Santos: chofer de praça, conhecido de dona Sinhá, que conduziu o grupo na viagem.

Todo o grupo se deslocou da Praça do Palácio à região da praia de Atalaia com um mesmo objetivo, pelo menos foi o que posteriormente contariam à polícia: buscar um conhecido de Josefina Matos, Fonseca, que, de certo, estaria entre os corpos dos naufragos, vítimas dos torpedeamentos das embarcações brasileiras, em águas territoriais, pelo *U-507*. Não encontraram o corpo, porém ao retornar para sua residência, Nelson de Rubina levava consigo três anéis retirados do corpo de uma outra vítima dos torpedeamentos, identificada depois como Virginia Auto de Andrade. Não satisfeito com o ato praticado, poucos dias depois Nelson de Rubina começou a desfazer-se de dois dos três anéis, os mais valiosos, arrecadando com isso a quantia de dez mil e cem cruzeiros, um valor considerável para época de crise.

Assim, entre 23 de outubro e 21 de novembro de 1942, tanto a polícia de Aracaju quanto a de Salvador estavam envolvidas na inquirição dos outros quatro viajantes que foram com Nelson de Rubina à Atalaia. Apesar de, em alguns pontos os depoimentos divergirem, pois cada um buscava de alguma forma “salvar a própria pele”, eles apontavam para um caminho semelhante, exposto a seguir.

Durante a viagem, Nelson teria por vezes recomendado à Orlando que ao avistar um corpo diminuísse a velocidade do automóvel. Avistaram inicialmente o corpo de uma senhora que possuía um relógio no pulso com a gravação “Ruth”, retirado por Nelson e, de acordo com todos, entregue a Hormindo Menezes^{XV}, que naquele momento se prestava a recolher os corpos dos naufragos.

O grupo seguiu viagem até a Barra de São Cristóvão, retornando posteriormente à praia, entre dez e doze horas da manhã. Avistaram outro corpo de mulher. Era o cadáver de uma senhora que, de acordo com todos, estava muito inchado e por isso difícil de ser reconhecido. Nelson pediu para que o automóvel parasse e, descendo dele, seguiu em direção ao corpo, revistou-o subtraindo três anéis sob pretexto de entrega-los depois à polícia: um solitário de brilhante de aproximadamente de dois quilates e aro platino, um outro anel de ouro com uma garra de prata, estilo antigo, além de uma aliança. Porém ele se apropriou dos

SEGUNDA GUERRA, CULTURA E CODIDIANO: OS TORPEDEAMENTOS NA COSTA
BRASILEIRA EM 1942 E O CASO NELSON DE RUBINA
MARIA LUIZA PÉROLA DANTAS BARROS

objetos, vendendo-os posteriormente: o solitário de platina com brilhante foi vendido em Maceió ao comerciante Francisco Brandão por dez mil cruzeiros; o anel de ouro com garra de prata foi deixado por Nelson nas mãos de Alfredo Mansur, um comerciante aracajuano, sendo posteriormente passado a Antônio de Jesus pela quantia de cem cruzeiros, terminando por fim nas mãos de Miguel Brigde, um negociante da Bahia, pela quantia de cento e vinte cruzeiros. Já a aliança permaneceu na residência de Nelson, em Aracaju.

Talvez toda essa trama permanecesse à margem do conhecimento da polícia, sem muita notoriedade, porém, para o “azar” de Nelson, o cadáver que por ele fora furtado era o de Virgínia Auto de Andrade, a esposa do então Procurado do Tribunal de Segurança Nacional, Gilberto de Andrade, o que de certo poderia agravar a situação de Rubina.

Quando foi chamado para prestar esclarecimentos, em 23 de novembro de 1942, Nelson de Rubina não poupou argumentos em sua defesa:

“Eu estava na Praça do Palácio quando, casualmente, fui convidado por Josefina Matos para ir à praia ver se de fato havia cadáveres, porque ela interessava-se pela vida de um viajante por nome Fonseca, e imediatamente aceitei o convite. Também foram Maria Amélia, uma tal dona Sinhá e o chofer de praça Orlando. Seguimos todos em direção ao Mosqueiro, onde ao chegar nos deparamos com os destroços dos navios torpedeados. De início eu e Orlando começamos a retirar de dentro do mar caixas de banha, colocando-as na parte de trás do carro. Encontramos o corpo de uma senhora com um anel e um relógio, pertences retirados por mim e entregues, contra a vontade dos demais que se achavam no carro, ao senhor Hormindo Menezes, diretor do Serviço de Luz e Força. Mais à frente do lugar onde estávamos, encontramos o senhor Capitão dos Portos, ao qual comuniquei a existência de caixas de banha no automóvel, e perguntando onde deveria fazer a entrega das mesmas, soube que na polícia. Ao retornarmos à praia, encontramos o cadáver de uma senhora, completamente irreconhecível, e tanto o chofer quanto dona Sinhá entraram na água com fito humanitário para trazem o corpo à praia. Nesse momento encontrei no dedo da mão direita do cadáver uma aliança de prata com os dizeres “*dê ouro para São Paulo*”^{XVI}, e um anel de ouro (fantasia). Quando o corpo chegou mais a praia, o chofer apontou para a mão esquerda do dito cadáver mostrando um outro anel, que também tirei. Quando entramos no automóvel de volta para Aracaju, não escondi os anéis de nenhum dos outros viajantes, dizendo-lhes ir entrega-los à polícia, sob protestos dos demais que me disseram “*que objetos achados nestas condições não tem dono, é de quem achou*”, sendo somente Josefina de acordo com a entrega. Orlando propôs então que os objetos ficassem com a própria Josefina, para que esta os vendesse na Bahia e depois dividisse o valor apurado com os demais. Além disso, tanto ele quanto a dona Sinhá quiseram ficar de posse das caixas de banha, mas acabaram entregando-as na Porta da Secretaria do Estado. Não concordei com a proposta de Orlando, e ao chegar na Praça Tobias Barretos disse novamente a todos ser conveniente a entrega dos objetos, mas o protesto foi unânime. Depois disso, fiquei na praça e por isso não sei dizer o destino tomado pelos demais. No dia seguinte, chegou a capital para negócios meu amigo, Moacir Miranda. Lhe informei do ocorrido e mostrei os anéis. No outro dia, 20 de agosto, nós dois fomos à residência de dona Sinhá, e no caminho avistamos Josefina e acertamos os três que Moacir viajaria dias depois, levando consigo a joia de valor para ser vendida, sendo depois repassado o dinheiro para todos os cinco viajantes de outrora. Porém tal fato não ocorreu devido ao escrúpulo de Moacir Miranda”^{XVII}

Ele possuía uma habilidade em articular palavras e fatos em seu favor, o que definitivamente chamou a atenção, como consta nos autos do processo, do escrivão responsável pelo caso. Nelson não poupa argumentos na construção de sua imagem. Ele diz que estava *casualmente* na Praça, que entregou os primeiros achados *contra* a vontade dos

demais, além do que se exime de qualquer pretensão de furto ao dizer ter sido o chofer e dona Sinhá a retirarem o cadáver da água, e não ele. Tudo isso nos revela a tentativa de construção de uma imagem para a polícia, buscando se eximir da punição pelo delito praticado.

Diante dos fatos, o juiz encarregado do caso requereu assim a prisão preventiva de Nelson de Rubina, recolhido na Penitenciária do Estado de Sergipe, em 26 de novembro de 1942. Conforme o processo avançava, tudo corroborava para que Rubina fosse julgado pelos crimes de furto e vilipêndio. Porém sabemos que no decorrer de um processo mudanças sempre podem ocorrer, acabando por vezes a influenciar na sentença, quer positiva quer negativamente. No processo analisado, houve a substituição do juiz responsável pelo caso, que considerava Nelson como culpado, pelo juiz da 3ª Vara, José Rodrigues Neu. Este expediu, em 19 de abril de 1943, a sentença para Nelson de Rubina, considerando que o mesmo não furtara os anéis, já que os retirara na presença de todos e não às escondidas, o que qualificaria um crime, e que também não teria proferido palavras desrespeitosas ao cadáver, desqualificando o vilipêndio. Assim, em 28 de abril de 1943, Nelson de Rubina se encontrava novamente em liberdade.

No entanto, era de se esperar que tal liberdade não fosse aceita entre os membros “mais bem posicionados” da sociedade aracajuana da época, pois o crime os tinha causado um grande impacto, afinal de contas o cadáver do qual se subtraía os anéis era o de alguém conhecido. A parte responsável pela acusação de Nelson conseguiu mobilizar até os desembargadores sergipanos contra a sentença, e no dia 26 de junho de 1943 a Procuradoria Geral do Estado de Sergipe, através de Gonçalo Rollemberg Leite, se manifesta na tentativa de “provar” que o ato praticado por Rubina era algo hediondo e que, portanto, precisava de uma severa punição. De nada adiantou. A sentença fora confirmada e, mesmo havendo ainda manifestações contrárias, Nelson de Rubina permanecia sem que nada mais ameaçasse sua liberdade.

Considerações finais

Vale lembrarmos que os acontecimentos aqui narrados ocorreram em um período em que o país passava por um processo de moralização. Só para termos uma ideia, em 14 de julho de 1942, cerca de um mês antes dos torpedeamentos, um soldado da polícia militar, José Batalha, recebeu uma detenção de quatro dias, além de ter que prestar serviços, não discriminados no documento^{XVIII}, por ter sido encontrado em público no dia anterior com o uniforme desabotoado, o que era considerado uma *transgressão média*. A partir deste caso, podemos perceber se atualmente um crime como vilipêndio pode nos causar certo espanto, certamente sua repercussão em uma sociedade, onde andar com o uniforme desabotoado era tido por infração média, não passaria despercebido.

É através da Apelação Crime de Nelson de Rubina que podemos construir a imagem de nossa personagem, a partir do que diziam dele, quer positiva quer negativamente, e do que ele próprio dizia de si mesmo.

Para as testemunhas, a imagem de Rubina é paradoxal. Ora ele seria alguém de índole duvidosa, pois, de acordo com testemunhos contidos na Apelação, já teria sido preso por viver às custas de “mulheres da vida”^{XIX}, e não costumava honrar com os “compromissos” assumidos, já que prometera uma comissão à um negociante pela venda de um dos anéis, e que nunca lhe pagou, ora Rubina seria um rapaz direito, descente, de bom procedimento e com amizades em todos os grupos sociais, que incluía até mesmo a Polícia de Alagoas.

SEGUNDA GUERRA, CULTURA E CODIDIANO: OS TORPEDEAMENTOS NA COSTA
BRASILEIRA EM 1942 E O CASO NELSON DE RUBINA
MARIA LUIZA PÉROLA DANTAS BARROS

Para as autoridades que investigavam o caso, Rubina era alguém sagaz e extremamente habilidoso com as palavras, capaz de “influir no ânimo dos cúmplices, fazendo desaparecer os melhores elementos” de sua culpa, sendo inclusive capaz de fugir, para não ser condenado por um crime que já estava, para eles, “plenamente provado”.

Já Nelson de Rubina tentava mostrar-se ingênuo, que fora à praia naquela ocasião por pura casualidade, e que, apesar de protestos unânimes dos demais, ele entregou todos os achados à polícia, e só não fez o mesmo com os anéis porque os demais companheiros não permitiram. Rubina também tentava demonstrar a todo momento ser um comerciante de bem, com boa índole, casado, acima de qualquer suspeita, e que possuía boas amizades.

Analisando a Apelação Crime, é como se, através de Rubina, pudéssemos vislumbrar dois “modelos” muito divulgados na época, e quase antagônicos: o *homem novo*, bastante disseminado pelo Estado brasileiro, e o *homem cordial*, na adaptação feita por Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*^{XX}.

Por um lado, havia o modelo de *homem novo*, ao qual todo brasileiro deveria seguir para ser considerado um bom cidadão, e que tanto a defesa quanto o próprio Rubina procuravam acomodar à sua imagem para se livrar da pena pelo furto e vilipêndio ao cadáver, por ocasião dos torpedeamentos. Nesse modelo, o brasileiro seria um homem honesto, moralizado, cumpridor dos seus deveres, que via no Estado o verdadeiro sujeito da liberdade, e que abraçaria o “trabalho” como meio de valorização do homem e como forma de conquistar “a prosperidade econômica, a cultura intelectual, o respeito e a proteção do Estado.

Muito possivelmente, por tais motivos, Nelson de Rubina reforçava sempre ser um comerciante, cumpridor dos seus deveres, casado, e que nunca fora preso. Poderia ser uma tentativa de, se enquadrando no modelo proposto, evitar a condenação.

Por outro lado, havia o modelo de homem cordial adotado por Sérgio Buarque de Holanda, em 1936, para descrever a identidade nacional brasileira. Esse modelo faz referência à distância da noção ritualista da vida, ao desejo de se tentar estabelecer intimidade a qualquer custo, ao horror às distâncias que determinados cargos acarretam. Tal conceito representaria um agir típico^{XXI} do brasileiro, herdado do sistema colonial.

Se levarmos em conta o discurso de defesa adotado por Nelson de Rubina podemos perceber uma aproximação desse modelo, pois logo no início afirmou que “estava na Praça do Palácio quando, casualmente, foi convidado por Josefina Matos para ir à praia”, sendo assim, em um período de extrema valorização do ideal de trabalho, Rubina se encontrava em uma praça fazendo o mínimo de esforço possível. Também vemos o seu ser *cordial* quando, em busca de se mostrar amigo de pessoas influentes, esquece dos cargos ocupados por tais e passa a se referir ao chefe de polícia de Alagoas, Altino Teixeira, por exemplo, como alguém “com quem se entendeu e que teria se tornado francamente seu lado”, ou então ao se referir ao Capitão Rivaldo Jardim Brito, ora a serviço da Unidade Federal de Salvador, como alguém com físera “camaradagem e algumas vezes teriam estados juntos em jantares e em diversões”.

Como já foi dito aqui, o caso de Nelson de Rubina muito possivelmente só não ficou no anonimato perante a sociedade sergipana porque o cadáver furtado era o de uma pessoa com notoriedade social na época. Porém tal caso não correspondia com o estereótipo divulgado oficialmente de sergipano pacato, correto e solidário, e por isso foi considerado pelo chefe do Gabinete de Polícia do Estado, Enoch Santiago, como único caso registrado em toda a extensão do litoral sergipano. Mas será realmente que tal caso foi único?

De acordo com as entrevistas utilizadas para confecção do documentário *U-507*^{XXII}, pessoas que residiam na época próximo às regiões que davam os corpos vítimas dos torpedeamentos afirmam que muitos sergipanos se dirigiam àquelas regiões em busca de recolher algo de valor. No entanto poderíamos nos questionar sobre relevância de uma

SEGUNDA GUERRA, CULTURA E CODIDIANO: OS TORPEDEAMENTOS NA COSTA
BRASILEIRA EM 1942 E O CASO NELSON DE RUBINA
MARIA LUIZA PÉROLA DANTAS BARROS

pesquisa sobre um caso que não representa uma singularidade, já que Nelson não fora o único a praticar tais atos.

Partindo aqui do princípio de que Nelson de Rubina não era uma exceção à regra, podemos considerar seu feito como “uma manifestação” de uma “ideia” partilhada, mesmo que inconscientemente, por outros membros da cultura à qual ele fazia parte: a atração pela possibilidade de lucro fácil, sem muito esforço para tanto. E por ele podemos resgatar justamente os “sentidos conferidos ao mundo e que se manifestam em palavras, discursos, imagens, coisas, práticas”.

Nelson de Rubina, diferente do moleiro Menocchio de *O queijo e os vermes*^{XXIII} para nós é representativo de uma sociedade que por maior que fosse a imposição do Estado Novo, na tentativa de edificar o bom brasileiro, “limpo” de toda a imoralidade, possuía pessoas que em seu cotidiano não seguiam “ao pé da letra” tais propostas. Para além de saber se Nelson de Rubina agiu de forma certa ou errada, percebemos, pelo seu caso, como ele manifesta, mesmo que inconscientemente, uma parte desta cultura que o governo de Vargas não conseguiu moldar.

Notas

^I Trabalho apoiado pelo projeto “Quando a Guerra chegou ao Brasil: Ataques submarinos e memórias nos mares de Sergipe e Bahia (1942-1945)”, Edital Universal CNPq 2014.

^{II} Graduada em História pela Universidade Federal de Sergipe. Integrante do Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET/UFS). E-mail: malupedanbar@gmail.com.

^{III} Tribunal de Apelação do Estado de Sergipe, 1943.

^{IV} JUDT, Tony. **Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945**. Trad. José Roberto O’Shea. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

^V JUDT, 2008, p. 2.

^{VI} O U-507 partiu em sua terceira patrulha, em direção ao sul, passando pela costa da Espanha e ao longo dos Açores, rumo ao Brasil. Em 7 de agosto de 1942 ele teria recebido de Karl Doenitz, coordenador das atividades dos Uboote, uma permissão para usar “manobras livres” ao longo da costa brasileira. Assim, o U-507 afundou cinco navios brasileiros de cabotagem, Baependi, Araraquara, Aníbal Benévolo, Itagira e Arará na faixa litorânea entre Bahia e Sergipe, entre 15 e 17 de agosto de 1942, resultando mais de 600 mortos. Para saber mais: www.portalfeb.com.br/documentário-u-507/

^{VII} MAYNARD, Andreza Santos Cruz. Carestia e roubo de galinhas: problemas no cotidiano de Aracaju. In: MAYNARD, Andreza Santos Cruz; MAYNARD, Dilton Cândido. **Leituras da Segunda Guerra Mundial em Sergipe**. São Cristóvão: Editora UFS, 2013.

^{VIII} MAYNARD, 2013, p.37.

^{IX} O truculento regime ditatorial brasileiro implantado por Vargas, o Estado Novo (1937-1945), assemelhava-se ao de vários países da América do Sul e da Europa. BARONE, João. **1942: o Brasil e sua guerra quase desconhecida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.

^X Antes denominado por Departamento de Propaganda e Divulgação Estadual (DPDE), era o órgão estatal responsável por gerenciar a cultura e realizar a autopropaganda em Sergipe, fora criado por um Decreto Federal de fevereiro de 1939, sendo apenas em 1941 transformado em Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, ou simplesmente DEIP. MAYNARD, Dilton Cândido. **O “notável empreendimento”: Estado Novo, propaganda política e radiofusão em Sergipe**. Disponível em periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/download/11375/6489

^{XI} MELINS, Murilo. **Aracaju romântica que vi e vivi: anos 40 e 50**. Aracaju: UNIT, 2010.

^{XII} Nascido em Vionati, na Itália, em 19 de junho de 1883, migrou para Sergipe ainda muito novo, com outros membros de sua família, que se estabeleceram em Itaporanga e São Cristóvão. Nicola Mandarinou dedicou grande parte de sua vida a ser um comerciante, assim como muitos outros italianos, e estrangeiros outros, radicados em Sergipe, tendo sido dono do Armazém de Tecidos, da Fábrica de Sabão, de uma madeireira mecânica situada entre a rua João Pessoa e a avenida Coelho e Campos, entre outros negócios, tendo também editado um jornal diário em Aracaju. TRINDADE, Mônica Porto Apenburg. *Sob suspeita: o combate aos estrangeiros em Sergipe durante a Segunda Guerra Mundial*. Disponível em www.seer.ufs.br/index.php/historiar/article/download/2902/2568

SEGUNDA GUERRA, CULTURA E CODIDIANO: OS TORPEDEAMENTOS NA COSTA
BRASILEIRA EM 1942 E O CASO NELSON DE RUBINA
MARIA LUIZA PÉROLA DANTAS BARROS

^{XIII} Nasceu no município de Rosário do Catete, no engenho Campo Redondo, em 16 de fevereiro de 1886. Militar e político, liderou os movimentos “revolucionários” de 13 de julho de 1924 e 19 de janeiro de 1926, depondo Graccho Cardoso. Foi Interventor Federal de Sergipe (1930-1935 e 1942-1945), Comandante do 28 BC (1937-1939), Ministro do Tribunal de Segurança Nacional (1940-1942) e Senador (1947-1951 e 1955-1957). Faleceu no Rio de Janeiro em 14 de agosto de 1957. BARRETO, Luiz Antônio. **Dicionário de nomes e denominações de Aracaju**. Aracaju: Banese, 2002.

^{XIV} Folha da Manhã, Aju. 18 ago. 1942, 1.

^{XV} Em 1942 Hormindo Menezes era o diretor do Serviço de Força e Luz de Aracaju, também comerciante, de acordo com o Processo Crime contra Nelson de Rubina, dirigia-se com frequência à praia de Atalaia com uma caminhonete para ajudar a recolher os corpos dos naufragos, vítimas dos torpedeamentos de navios na costa brasileira pelo U-507.

^{XVI} Relaciona-se ao Movimento Constitucionalista de 1932, paulista, no combate ao regime de Vargas, que anulava a livre ação política e econômica em São Paulo. Como escreveu Maria Helena Capelato, “a campanha do ouro fora lançada com justificativa de que era preciso lastrear a emissão dos bônus paulistas e pagar os custos da guerra”. O ouro aparece desprovido de seu valor e significado material, sendo transformado em riqueza e valor morais. Podemos imaginar assim que dona Virgínia contribuíra para a causa paulista, pois quem assim o fazia tinha tal frase grava em algum objeto. CAPELATO, Maria Helena. **O movimento de 1932: a causa paulista**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

^{XVII} Tribunal de Apelação do Estado de Sergipe, 1943, p.33-35.

^{XVIII} Arquivo Público do Estado de Sergipe, Pasta de Segurança Pública, Polícia Militar – SP4, 19, PG.647, 1942.

^{XIX} No Estado Novo brasileiro, a prostituição, considerada um “mal social”, era legalizada, mas a cafetinagem era crime, diferentemente do que ocorria na Alemanha, que desde 1933 fora proibida tal prática por ser considerada um crime contra a raça.

^{XX} HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 26 ed., 1995.

^{XXI} Que constitui um tipo, um modelo que permite produzir um número indeterminado de indivíduos que se reconhecem perante si como um conjunto.

^{XXII} CARVALHO, Rubens. **U-507**. Brasil, português, colorido, 2008. Disponível em www.youtube.com.br/watch?v=Cg3WXi2Zg9Q

^{XXIII} GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. Trad. Maria Betânia Amoroso. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Referências Bibliográficas

BARROS, Maria Luiza Pérola Dantas. **O caso Nelson de Rubina: guerra e cotidiano em Aracaju (1942-1943)**. (Monografia de conclusão do curso de Licenciatura em História). São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2015.

_____. **Aracaju em tempos de conflito: estudo dos espaços de lazer na Segunda Guerra**. (Relatório Final do PIBIC). São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2015.

BARONE, João. **1942: o Brasil e sua guerra quase desconhecida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Trad. Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CABRAL, Mário. **Roteiro de Aracaju**. Aracaju: Banese, 3 ed., 2002.

CABRAL, Ricardo; FERRER, Jorge; LAPSKY, Igor; SCHURSTER, Karl; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (org.). **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2010.

CARONE, Edgar. **Estado Novo e Mitologia**. O Estado Novo (1937-1945). Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1977.

CAPELATO, Maria Helena R. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

_____. **O movimento de 1932: a causa paulista**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

CRUZ, Luiz Antônio Pinto. **“A guerra já chegou entre nós”! O cotidiano de Aracaju durante a guerra submarina (1942 -1945)**. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2012.

DAVIS, Natalie Zemon. **Histórias de perdão e seus narradores na França do século XVI**. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. **O retorno de Martin Guerre**. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DUTRA, Eliana de Freitas. **O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.

“Desembargador Enoch Mathusalém Santiago”, disponível em: www.tjse.jus.br/paginas/memorial/enoch.pdf. Data do último acesso: 29/09/2016.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. Trad. Maria Betânia Amoroso. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Ângela Maria Castro. O redescobrimento do Brasil. IN GOMES, Ângela Maria Castro, OLIVEIRA, Lúcia Lippi e VELLOSO, Mônica Pimenta. **Estado Novo: Ideologia e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 26 ed., 1995.

JUDT, Tony. **Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945**. Trad. José Roberto O’Shea. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

MAYNARD, Andreza Santos Cruz. Carestia e roubo de galinhas: problemas no cotidiano de Aracaju. IN MAYNARD, Andreza Santos Cruz & MAYNARD, Dilton Cândido Santos (org.). **Leituras da Segunda Guerra Mundial em Sergipe**. São Cristóvão: Editora UFS, 2013.

MAYNARD, Andreza Santos Cruz & MAYNARD, Dilton Cândido Santos. Dias de luta: traços do cotidiano de Aracaju (1939-1945). **OP SIS**, Catalão, v. 9, n. 12, jan-jun 2009.

MELINS, Murilo. **Aracaju romântica que vi e vivi: anos 40 e 50**. Aracaju: UNIT, 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. O século sombrio: entre luzes e sombras IN: **O século sombrio: uma história geral do século XX**. Rio De Janeiro: Elsevier, 2004. p. 1-25.

TOTA, Antônio Pedro. **O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

FONTES UTILIZADAS:

Tribunal de Apelação do Estado de Sergipe, 1943.

Arquivo Público do Estado de Sergipe, Pasta de Segurança Pública, Polícia Militar – SP4, 19, PG.647, 1942.

PERIÓDICO:

Folha da Manhã, Aju. 18 ago. 1942, 1